

## ***DA ESTATÍSTICA AOS DADOS: ordenamentos da vida nas cidades moderna e pós-moderna***<sup>1</sup>

### ***FROM STATISTICS TO DATA: orderings of life in modern and postmodern cities***

Tânia Márcia Cezar Hoff<sup>2</sup>

Adriana Lima de Oliveira<sup>3</sup>

Lucas de Vasconcelos Teixeira<sup>4</sup>

**Resumo:** *Abordamos, neste artigo, as transformações dos ordenamentos do consumo, a partir das transformações ocorridas na passagem da cidade moderna para a pós-moderna. Temos como objetivo problematizar as inter-relações comunicação, consumo e cidade, à luz da noção de biopolítica, buscando evidenciar como, em cada um dos dois referidos momentos sociohistóricos, emergem modos de vida. Para tanto, delimitamos nossas reflexões nas representações teóricas do flâneur, do transeunte e do cidadão conectado global que descortinam modos de gestão da vida. Quanto ao referencial teórico, mobilizamos estudiosos da comunicação, consumo e cidades, bem como da história, geografia e filosofia para fundamentar os debates e as articulações propostas. As reflexões permitem observar a intensificação das interfaces comunicação e consumo e o engendramento das lógicas do capitalismo neoliberal nos ordenamentos da vida nas transformações da cidade.*

**Palavras-Chave:** *Comunicação e consumo. Cidade. Biopolítica.*

**Abstract:** *In this article, we consider the transformations of the consumption orderings, during the transition from the modern to the postmodern city. We aim to problematize the interrelationships between communication, consumption and the city, in the light of the notion of biopolitics, attempting to reveal how ways of life emerge in each of the two referred socio-historical moments. Therefore, we delimit our reflections on the theoretical representations of the flâneur, the passerby and the global connected citizen that reveals ways of life management. As for the theoretical framework, we mobilized scholars of communication, consumption and cities, as well as history, geography and philosophy to support the debates and the proposed articulations. The reflections allow us to observe the intensification of the communication and consumption interfaces and the engendering of the neoliberal capitalism logics in the orderings of life in the city's transformations.*

**Keywords:** *Communication and consumption. City. Biopolitics.*

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Consumos e Processos de Comunicação, no XXIX Encontro Anual da Compós, realizado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande (MS), de 23 a 25 de junho de 2020.

<sup>2</sup> Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo (PPGCOM ESPM), doutora pela Universidade de São Paulo e pós doutora pela PUC-SP. E-mail: thoff@espm.br.

<sup>3</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo (PPGCOM-ESPM), bolsista CAPES-PDSE. E-mail: publicidade.dri@gmail.com.

<sup>4</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo (PPGCOM-ESPM), bolsista CAPES-PROSUP. E-mail: lvteixeira@gmail.com.

---

## 1. Introdução

Em 1840, no conto *O homem das multidões*, Poe descreve o quão apazível e voraz era contemplar a multidão vista de um café e ainda mais embrenhar-se no tumultuoso mar de cabeças humanas. É de se imaginar o que Poe escreveria dos tempos atuais, como seria a perseguição ao desconhecido velho decrepito que não circularia mais (não somente) em meio aos transeuntes, mas sim no turbilhão de dados da grande rede conectada global. Continuará sendo em vão segui-lo, não se saberia nada dele ou sobre seus atos?

Esta inquietação inicial nos fez perscrutar sobre o viver nas cidades. As pistas de *O homem das multidões* nos guiaram até o presente trabalho, no qual abordamos alguns aspectos do viver nas metrópoles a partir das transformações ocorridas na passagem da modernidade para a pós-modernidade, considerando as articulações comunicação, consumo e cidade. Assim, problematizamos as inter-relações comunicação, consumo e cidade, à luz da noção de biopolítica, buscando evidenciar como, em cada um dos dois referidos momentos sócio-históricos, emergem ordenamentos do consumo que configuram modos de vida e de constituição dos sujeitos.

Na passagem da modernidade para a pós-modernidade, a cidade torna-se palco das mais variadas investidas, não somente de ordem arquitetônica e urbanística, mas também de toda sorte de intervenções econômicas, socioculturais e biopolíticas. Como epicentro de aspirações e inspirações humanas, a cidade é organismo vivo que abriga variadas formas de interação (SEIXAS, 2015). É no uso do espaço urbano e nos modos de apropriação dos lugares, bem como nas interações propiciadas por processos comunicacionais, práticas discursivas e sociais, que se dá a constituição da vida e dos sujeitos que habitam a cidade. Nesta perspectiva, desfiar os fios que tecem as relações entre cidade e biopolítica na modernidade e pós-modernidade é tarefa que requer conceber comunicação e consumo como aspectos indissociáveis na análise/crítica da sociedade.

Concebemos consumo como um fenômeno sociocultural amplo e complexo, cujos ordenamentos ocupam lugar preponderante na conformação da vida e do sujeito moderno e pós-moderno. Conforme Rocha (2016), o consumo tem organicidades e processualidades, contemplando os polos distintos e dialógicos da produção e da recepção, que ordenam a vida

urbana desde as práticas sociais e discursivas. O consumo, em intrincada articulação com processos comunicacionais midiáticos, caracteriza-se como *locus* de questionamentos sobre as biopolíticas engendradas no desenvolvimento do capitalismo desde a modernidade.

Neste artigo, a noção de biopolítica, desenvolvida por Foucault e por alguns dos estudiosos de seu pensamento que a atualizam, consiste num dos veios teóricos que mobilizamos para refletir sobre o desenvolvimento das cidades, a experiência da vida urbana construída a partir de regulações, práticas cotidianas, regimes de comunicação, formas de interação, de inclusão e de exclusão, dentre tantos outros aspectos, que produzem e conformam o sujeito em cada um dos períodos sociohistóricos aqui estudados. Assim, o *flâneur* e o transeunte da modernidade, bem como o conectado da pós-modernidade representam uma espécie de sujeito ideal/tipo que nos permite desvelar os ordenamentos do consumo.

O biopoder clássico, tal como formulado por Foucault (1985; 2001; 2002 e 2008), compreende uma dupla forma: a) uma anátomo-política do corpo, ou seja, uma disciplina corporal e b) uma biopolítica das populações (qualidade biológica das populações), vinculada ao fortalecimento do Estado, à medicalização e à normalização da sociedade.

O termo “biopolítica” designa a maneira pela qual o poder tende a se transformar, entre o fim do século XVIII e o começo do século XIX, a fim de governar não somente os indivíduos por meio de um certo número de procedimentos disciplinares, mas um conjunto dos viventes constituídos em população: a biopolítica – por meio dos biopoderes locais – se ocupará, portanto, da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade etc., na medida em que elas se tornaram preocupações políticas (REVEL, 2005, p. 26).

Deste modo, a biopolítica clássica, tal como concebida por Foucault, atua no âmbito da população, organizando os acontecimentos da vida e promovendo modos de viver em abrangência massiva. Assim concebida, a biopolítica consiste no modo como o poder institucionalizado, por meio de projetos governamentais dirigidos a toda a população, define processualidades racionalizadoras, as quais regulam e ordenam a vida das populações.

O modo de atuação do governo disciplinar requer um conjunto de técnicas que “exercem um esquadramento sistemático do tempo, do espaço e do movimento dos indivíduos”, e operam de modo intersticial na vida das populações, de modo que os meios de comunicação massiva, a razão instrumental do capitalismo e as processualidades racionalizadoras do consumo conformam um complexo conjunto de estratégias de divulgação e disseminação da biopolítica.

No que se refere à constituição da vida na metrópole moderna, o espraiamento dos ordenamentos do consumo na sociedade se dá concomitantemente a processos de produção e

de comunicação massivos: como metanarrativas do consumo, os mencionados processos propagam os valores do capitalismo e, em consonância, as biopolíticas. Do ponto de vista das lógicas de produção do sistema do consumo, é preciso também considerar que a comunicação midiática dissemina narrativas promotoras dos ordenamentos biopolíticos do consumo.

Rabinow e Rose argumentam que seria “equivocado simplesmente projetar as análises foucaultianas como um guia futuro para o nosso contexto presente e suas possibilidades” (2006, p. 38), posto que a sociedade contemporânea abriga significativas transformações, operadas ao longo da segunda metade do século XX, que a distinguem daquela sociedade a partir da qual o filósofo teria formulado seu conceito de biopolítica:

Foucault estudou a emergência de formas de poder no século XVIII, sua transformação no século XIX, e em alguma – limitada – medida um exame das formas que tomaram forma no fim do século XIX. As racionalidades, estratégias e tecnologias do biopoder mudaram ao longo do século XX, assim como a administração da saúde e da vida coletiva tornou-se um objetivo chave de Estados governamentalizados, e novas configurações da verdade, do poder e da subjetividade surgiram para dar suporte às racionalidades do bem-estar e da segurança, assim como aquelas de saúde e higiene (RABINOW; ROSE, 2006, p. 38).

Os mencionados autores enfatizam a importância de analisarmos o que significa a biopolítica hoje, num cenário de biotecnologias e de atentarmos “às peculiaridades, às pequenas diferenças, aos momentos nos quais mudanças na verdade, na autoridade, na espacialidade ou na ética fazem diferença hoje se comparadas a ontem” (ibid., p. 39). Lemke argumenta na mesma direção: “os processos biopolíticos atuais baseiam-se em um saber sobre o corpo e sobre os processos biológicos transformado e ampliado” (2018, p. 165), de modo que se torna necessário problematizar as possibilidades de capitalização em torno da vida na contemporaneidade.

Assim, mobilizamos estudiosos da comunicação, consumo e cidades, bem como da história, geografia e filosofia para fundamentar os debates e as articulações propostas. Para tanto, delimitamos nossas reflexões a alguns aspectos das representações teóricas do *flâneur* parisiense, do transeunte brasileiro e do cidadão conectado global que descortinam a dimensão biopolítica dos ordenamentos do consumo.

## 2. O *flâneur* e o transeunte na cidade moderna

“Por algum tempo, em torno de 1840, foi de bom-tom levar tartarugas a passear pelas galerias. De bom grado, o *flâneur* deixava que elas lhe prescrevessem o ritmo de caminhar.”  
(BENJAMIN, 1994, p. 122).

A epígrafe desta seção mostra uma forma de protesto contra o ritmo imposto pelo capital em pleno desenvolvimento da modernidade. Em olhar retrospectivo, Benjamin identificou, na Paris da *Belle Époque*, a manifestação de um novo sensório da sociedade de consumo, em que o sujeito é mediado pela mercadoria e seu consumo material/simbólico é revestido por narrativas. O autor vislumbrou uma cidade em transformação rumo à modernidade, no qual as casas comerciais configuravam-se como o último refúgio do *flâneur*, que “errava pelo labirinto das mercadorias assim como antes pelo labirinto da cidade” (BENJAMIM, 1991, p. 82). A paisagem urbana modificando-se dramaticamente despertava a curiosidade do *flâneur* e das multidões.

Contudo, a *flânerie* logo precisou mudar de passo, uma vez que a aceleração do ritmo de vida é um dos traços característicos da modernidade. De acordo com Koselleck (1986), antes mesmo do aumento drástico do alcance dos meios de comunicação, a aceleração já havia se tornado um modo de vivenciar o tempo. Em suas reflexões críticas, Berman (1986) argumenta que a modernidade se caracteriza por uma abundância de possibilidades de transformação de si e do mundo em meio a uma grande ausência de valores e perda de raízes.

Douglas e Isherwood, em perspectiva antropológica, também abordam este processo de engendramento de uma sociedade cuja centralidade repousa nas possibilidades de consumo quando descrevem que as decisões de consumir passam a constituir fonte vital das transformações da cultura, pois

as pessoas criadas numa cultura particular a veem mudar durante suas vidas: novas palavras, novas ideias e maneiras. A cultura evolui e as pessoas desempenham um papel na mudança. O consumo é a própria arena em que a cultura é objeto de lutas que lhe conferem forma. (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2006, p. 102-103).

Ao refletir sobre a vida moderna, Simmel (2005) pontua a luta do indivíduo para não ser apenas um número, uma mão de obra braçal. É o que o autor define como o predomínio e distanciamento da cultura objetiva em relação à subjetiva. Nesta visão, o sujeito como ser cultural, que constitui o espírito subjetivo, torna-se pequeno frente àquilo que o autor chama de ‘uma organização monstruosa de coisas e potências’, que tem na grande cidade o seu cenário e que

alimenta-se quase que completamente da produção para o mercado, isto é, para fregueses completamente desconhecidos, que nunca se encontrarão cara a cara com os verdadeiros produtores. Com isso, o interesse das duas partes ganha uma objetividade impiedosa, seus egoísmos econômicos, que calculam com o entendimento, não têm a temer nenhuma dispersão devida aos imponderáveis das relações pessoais. (SIMMEL, 2005, p. 579).

As relações humanas nas grandes cidades da economia monetária (SIMMEL, 2005) apresentam-se reificadas, de caráter objetivo e impessoal, em um processo fetichista em que se perde a referência de quem produziu determinado bem e os indivíduos, particularmente os trabalhadores assalariados, inseridos na economia capitalista passam a ser demandados como consumidores.

Isto é derivado, entre outros fatores, da Revolução Industrial, que promoveu uma reorganização da base produtiva, o que gerou “uma transformação profunda nos modos de vida e nas relações sociais. [...] O ‘mercado’ passa a ser um dos eixos centrais por onde gravitam as atividades da metrópole” (ROCHA; PEREIRA; AUCAR, 2013, p. 44). Também para Berman (1986), formou-se o mercado mundial no qual produção e consumo tornaram-se cada vez mais internacionais e cosmopolitas. Neste espraiamento do mercado para se tornar global houve, conseqüentemente, reverberações do outro lado do Atlântico, sentidas principalmente nas grandes cidades.

Desta feita, os principais centros urbanos brasileiros também viveram a sua *Belle Époque*: período não somente de pujança econômica, mas de mudanças sociais e novidades culturais. Hábitos importados da Europa caíram no gosto dos cidadãos. “Os fluidos modernizantes do velho continente geravam um clima de efervescência cultural neste lado do Atlântico” (ROCHA; PEREIRA; AUCAR, 2013, p. 48). Além disso, aqui também houve ampliações de avenidas, o desenraizamento dos sujeitos nas multidões, estetização da realidade e busca por estilos de vida, além do surgimento de galerias e vitrines.

Segundo o historiador Nicolau Sevcenko, o que determinou o futuro da cidade de São Paulo, por exemplo, foi o cultivo e exportação do café, pois

a descoberta de ouro nas Gerais e depois a fixação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, se acrescentaram uma dimensão de entreposto à cidade, dando origem a algumas das suas primeiras fortunas, não alteraram de fato seus traços básicos. O que viria mudar radicalmente os destinos da comunidade seriam o advento e a expansão da lavoura cafeeira. (SEVCENKO, 1992, p. 107).

No início do século XIX, o café sucedeu a mineração de ouro, prata e diamante, que anteriormente já havia substituído o açúcar para tornar-se, a partir de 1830, a principal fonte de divisas brasileiras (MARTINS, 2014). Para que se tenha uma ideia, de acordo com Martins (2014), entre 1830 e 1840, o Brasil já era responsável por abastecer um quinto da demanda mundial. Após se tornar independente de Portugal, o Brasil manteve o modelo de monocultura como base de sua estrutura econômica, o que não foi significativamente modificado até meados

da década de 1950, durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek. O café sustentou a nação por praticamente todo o Império e por mais de sessenta anos na fase republicana. No decorrer deste período, que totalizou mais de cento e vinte anos, São Paulo transformou-se num dos estados mais influentes da federação, graças às divisas da economia cafeeira. Afinal, além da exportação do café, havia o movimento contrário, de importação, e o abastecimento do interior era controlado por São Paulo (DEAECTO, 2002).

No Brasil, podemos pensar o advento da modernidade a partir da cidade de São Paulo que capitaneava a produção e exportação de café, impulsionando modificações – ainda que lentas – nos modos de produção agrária e urbana, ampliando as redes de transporte e engendrando novas sociabilidades. Para escoar safras cada vez maiores e trazer produtos demandados pela burguesia endinheirada da ‘metrópole do café’, como São Paulo era conhecida, o trote moroso dos tropeiros já não era suficiente. Assim, uma certa racionalidade técnica da modernidade chegava ao Brasil por causa do café. Pelos trilhos da São Paulo Railway, a Serra do Mar era transposta. Era o homem superando os obstáculos da natureza por meio da tecnologia e da ciência: a máquina – o motor a vapor –, não somente na Europa, mas também no Brasil, consistia na principal inovação do século XIX, transformando o imaginário, a comunicação e as cidades, bem como promovendo a representação de um mundo construído pelo homem, conforme Hobsbawm (2009). A circulação de pessoas, informações e mercadorias, que antes ocorria no ritmo da tração animal, acelerou-se. Para este historiador, antes da revolução a vapor, a maioria das pessoas vivia e morria na cidade ou vila onde nascia. E, por isso, tinham a impressão de que o mundo era “incalculavelmente grande”.

Nesta perspectiva, o advento da modernidade na cidade de São Paulo – sua transformação de cidade colonial em moderna/capitalista – coincidiu com a intensificação do comércio mundial, movimentos de imigração (chegada de estrangeiros para mão de obra qualificada, ainda que para o setor agrícola, monocultor), ampliação das ferrovias, êxodo rural tanto da população recém-egressa da escravidão quanto de parte dos imigrantes que, iludidos pela promessa da terra prometida que não se cumprira nos campos do interior do Brasil, sem conhecimentos da língua, recursos e nem condições para retornar ao seu país de origem, tentavam a sorte nas grandes cidades (Sevcenko, 1992).

As transformações socioeconômicas que produziram as condições necessárias para que São Paulo chegasse à modernidade também têm cheiro de café. Vemos isso, por exemplo, na primeira onda de industrialização nacional, fruto da gradual mecanização da produção de café.

Porém, como vimos com a questão dos imigrantes, a transição de uma sociedade rural e escravocrata para uma industrial e assalariada não foi tranquila em uma cidade que, de acordo com Sevcenko (1992), cresceu 5.479% entre 1872 e 1934.

De tal modo o estranhamento se impunha e era difuso, que envolvia a própria identidade da cidade. Afinal, São Paulo não era uma cidade nem de negros, nem de brancos e nem de mestiços; nem de estrangeiros e nem de brasileiros; nem americana, nem europeia, nem nativa; nem era industrial, apesar do volume crescente das fábricas, nem entreposto agrícola, apesar da importância crucial do café [...]. Essa cidade que brotou súbita e inexplicavelmente, como um colossal cogumelo depois da chuva, era um enigma para seus próprios habitantes, perplexos, tentando entendê-lo como podiam, enquanto lutavam para não serem devorados. (SEVCENKO, 1992, p. 31).

Esse dilema que os habitantes da cidade enfrentaram retrata, segundo Berman (1986), a dicotomia da modernidade, em que se tem a sensação de viver em dois mundos. Conforme Carone (2002), o estranhamento era tal que as crianças se assustavam ao ver que os estrangeiros também possuíam cinco dedos em cada uma das mãos.

Novamente recorreremos à leitura de Benjamin (1991) sobre a Paris capital do século XIX que, com a reforma urbana capitaneada por Georges-Eugène Haussmann, a cidade ganhou grandes avenidas, que racionalizaram e higienizaram o espaço, além de reduzir a força das barricadas e dos levantes populares, mas também fez com que “Paris se torne uma cidade estranha para os próprios parisienses. Não se sentem mais em casa nela. Começa-se a tomar consciência do caráter desumano da grande metrópole” (BENJAMIN, 1991, p. 41-42). Modificar as vias públicas da urbe traz consequências profundas, seja na Europa ou no Novo Mundo. Sevcenko (1992) relata que, em São Paulo, quando a prefeitura asfaltou a Avenida Paulista, criando a primeira via de piso uniforme e contínuo usada como pista de corrida pelos mais abastados que já possuíam automóveis, não havia qualquer regulamentação de trânsito e os atropelamentos sem punição eram comuns, uma verdadeira “caça ao pedestre”, ao transeunte acuado.

Conforme Frehse (2011), a rua não é apenas um componente, mas um elemento central das cidades modernas, o palco dos modos de vida das nações, uma metonímia da cidade, um espaço de consolidação do capitalismo no Brasil – e também de exclusões sociais. Para Deaecto (2002), até a década de 1920 os artigos nacionais eram aceitos com certa reserva pela alta sociedade paulistana, o que contribuía para uma notável distinção de classes. O antigo comércio popular ficou além do antigo perímetro das ‘Ruas do Triângulo’ – delimitado pelas Ruas 15 de Novembro, Direita e São Bento – em centros até os dias de hoje identificados como



populares, como a rua 25 de Março e a região do Brás. Deste modo, o comércio localizado nas Ruas do Triângulo da metrópole do café, salvaguardadas as diferenças históricas e socioculturais, poderia ser confundido com o de qualquer urbe cosmopolita, pois o comércio

instiga a moda e a transforma em elemento de sociabilidade na cultura moderna. Esta atividade impõe comportamentos, estabelece normas estéticas e dinamiza um setor importante da economia, liderado pelas indústrias de bens de consumo, além, é claro, de incentivar a importação de produtos provenientes dos grandes centros da cultura: de Paris, principalmente. (DEAECTO, 2002, p. 170).

Segundo a autora, as principais atividades que contribuíram para a definição do perfil das ruas paulistanas foram: bancos e agências de seguros; artigos musicais, de cinema e de fotografia; joalherias, tecidos finos, vestuário e acessórios, perfumaria, farmácia e drogaria; cafés, bares e restaurantes. Estes últimos os principais centros de sociabilidade do paulistano, visitados por diferentes classes sociais. “Em suas andanças, o homem da multidão aterrissa, tarde, num café ainda bastante frequentado. Aí ele se comporta como um freguês” (BENJAMIN, 1991, p. 82). Como no conto *O homem das multidões*, de Edgar Allan Poe, o *flâneur* e o transeunte se encontram nesses espaços de consumo semi-públicos, nos quais se tinha alguma privacidade e ao mesmo tempo se observava o desenrolar da vida urbana. “O texto de Poe torna inteligível a verdadeira relação entre selvageria e disciplina. Seus transeuntes se comportam como se, adaptados à automatização, só conseguissem se expressar de forma automática. Seu comportamento é uma reação a choques” (BENJAMIN, 1994, p. 126). É a visão das marés humanas ao anoitecer que faz com que o narrador do conto se desinteresse pelo que passava no café para contemplar a cena das ruas.

O cenário que se constrói evidencia como a modernidade penetra nos interstícios da vida cotidiana e torna possível emergirem técnicas disciplinares, os quais, dirigidos à população concebida como estatística, atuam num contínuo exercício de adestrar e coordenar os corpos, a multidão. Neste sentido, o desenvolvimento das metrópoles, em confluência com o engendramento da sociedade do consumo, dissipou as bases de identidades estáveis devido ao estímulo à mobilidade, à racionalidade instrumental dos processos de produção, à reprodutibilidade técnica das mercadorias, dentre outras transformações.

### 3. A cidade pós-moderna e a emergência do homem conectado

“A fragmentação, a indeterminação e a intensa desconfiança de todos os discursos universais totalizantes são a marca do pensamento pós-moderno.”  
(HARVEY, 2009, p. 19).

“Smart cities atraem smart citizens, e smart citizens atraem smart money.”  
(MOROZOV; BRIA, 2019, p. 16).

O ritmo das ruas acelera-se na pós-modernidade. David Harvey, sociólogo que se debruçou sobre a condição de mudanças nas práticas sociais, culturais e político-econômicas que, de alguma forma, não encontravam mais respaldo no conceito de modernidade, aponta que essa mudança abissal está vinculada à emergência de novas maneiras dominantes pelas quais experimentamos o tempo e o espaço. A ascensão de formas culturais pós-modernas têm relação com pelo menos dois fatores: a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de ‘compressão do tempo-espaço’ na organização do capitalismo. No entanto, do ponto de vista da acumulação capitalista, segundo o autor, essas mudanças mostram-se, mais como transformações de aparência superficial do que como sinais do surgimento de alguma sociedade pós-industrial inteiramente nova.

Harvey (2009) dá ênfase à arquitetura e as artes, entendendo-as como principais articuladores desse movimento pós-moderno. O processo começa com a era de ouro do pós-guerra (anos 1950), passa pelo desencantamento do mundo, com a emergência de ditaduras e toda forma de opressão operária e mercantil (anos 1960) até chegar na década seguinte (anos 1970), em que temos um indício de mudança, com movimentos que deixam de ser anti-modernistas e passam a se denominar pós-modernistas.

*Soft City*, livro escrito por Jonathan Raban em 1974, é um expoente desse movimento ao rejeitar a "concepção de uma cidade rigidamente estratificada por uma ocupação e classe, descrevendo em vez disso um individualismo e um apreendimentismo<sup>5</sup> disseminados em que as marcas da distinção social eram conferidas em larga medida pelas posses e pelas aparências” (HARVEY, 2009, p. 15).

A cidade concebida por Raban é um lugar demasiado complexo para ser disciplinada: “a cidade tal como imaginamos, a suave cidade da ilusão, do mito, da aspiração, do pesadelo, é tão real, e talvez mais real, quanto a cidade dura que podemos localizar nos mapas e estatísticas, nas monografias da sociologia urbana, da demografia e da arquitetura” (HARVEY, 2009, p. 9-10). Em contraponto a essa imagem da cidade da disciplina e da imaginação, observamos a

---

<sup>5</sup> Harvey (2009) comenta que Raban, ao contrário dos escritos críticos e oposicionistas sobre a vida urbana que falam da cidade como uma “enciclopédia” ou “ou empório dos estilos” (homogênea), responde com a ideia da cidade como “um livro de rabiscos”, cheio de itens coloridos e sem nenhuma relação entre si e menos ainda um esquema determinante, racional ou econômico (heterogênea).

ascensão dos dados ou da “dataficação social” (Couldry, 2019), ou seja, pressão sentida em todos os lugares atualmente para converter todos os aspectos da vida em dados, dos quais valores, em especial valores econômicos, podem ser extraídos.

O pós-modernismo, portanto, contrasta com a ideia (modernista) do universal – identificada com a crença no progresso linear, nas verdades absolutas, no planejamento racional das ordens sociais ideais e com a padronização do conhecimento e da produção – ao privilegiar a heterogeneidade e a diferença como forças libertadoras na redefinição dos discursos culturais. Todavia, se o modernismo era percebido como positivista, tecnocêntrico e racionalista, não nos parece que essa narrativa tenha mudado na forma como a infraestrutura de dados têm orientado a nova ordem social contemporânea. A rejeição das metanarrativas, característica do pós-modernismo, andou paralela às novas tecnologias produtivas que implicou uma intensificação dos processos de trabalho e uma aceleração na desqualificação e requalificação do trabalhador (HARVEY, 2009, p. 257).

Essa aceleração da produção tem influência direta nas maneiras pós-modernas de pensar, de sentir e de agir: nas palavras de Berman, "tudo que é sólido desmancha no ar". Embora o autor não estivesse se referindo ao conceito de pós-modernidade, sua perspectiva teórica leva em conta a imaginação moderna como tendo uma infinita capacidade para a renovação e transformação. Isso tem um efeito indelével na sociedade como um todo, isto é, a volatilidade torna difícil qualquer planejamento de longo prazo, o que requer adaptação e capacidade de se movimentar com rapidez em resposta à mudanças do mercado.

Não obstante, a queda de barreiras espaciais não implica o decréscimo da significação do espaço. Harvey aponta que:

Com a redução das barreiras espaciais, aumenta muito mais a nossa sensibilidade ao que os espaços do mundo contêm. A acumulação flexível explora tipicamente uma ampla gama de circunstâncias geográficas aparentemente contingentes, reconstituindo-as como elementos internos estruturados de sua própria lógica abrangente (HARVEY, 2009, p. 265).

Neste sentido, a produção de lugares dotados de valores (qualidades especiais) se torna um importante trunfo na competição espacial entre localidades, cidades, regiões e nações. Formas corporativas de governo podem florescer nesses espaços, assumindo elas mesmas papéis desenvolvimentistas na produção de climas favoráveis aos negócios e outras qualidades especiais. Nesse contexto, podemos melhor situar o esforço das cidades para forjar uma imagem distintiva e criar uma atmosfera de lugar e de tradição que seja um atrativo ao capital.

Nestes espaços urbanos da metrópole pós-moderna, o sujeito conforma novas dinâmicas sociais. A classe operária imaginada no interior da fábrica (re)surge como multidão, ou seja, como diz Negri (2016, p. 104) “como um conjunto de singularidades constituintes do comum”, e que se constitui da mutação das relações de produção e do embate político. O sujeito das estatísticas que emerge na modernidade transforma-se no sujeito reificado pelos dados da pós-modernidade.

Refletindo sobre essa aceleração da produção e da passagem da "fábrica à sociedade", característica da pós-modernidade, Crary (2014) anuncia "um tempo sem tempo", um tempo sem demarcação material ou identificável, um tempo sem sequência nem recorrência (CRARY, 2014). Isso repercute indiretamente, mas de maneira poderosa, no que alguns teóricos chamam de "palavra de ordem". “É sempre uma condenação e depreciação da fraqueza e da inadequação do tempo humano, com suas tessituras confusas, irregulares” (ibid., p. 39).

O aspecto nefasto desse "tempo sem tempo" que Crary denominou 24/07, fazendo alusão ao total das horas do dia em uma semana, está na incompatibilidade que desvela, na disparidade entre um mundo-da-vida humano e a ideia de um universo “aceso e sem interruptores” (CRARY, 2014, p. 40). O risco que Harvey apontava de nossos mapas mentais não corresponderem com a realidade corrente, pode ser desvelado com o “não tempo 24/7” que se insinua incessantemente em todos os aspectos da vida social e pessoal.

Tal como Harvey aponta para uma mudança apenas de aparência superficial, Crary fala de um dos pressupostos mais "tediosamente repetidos" em discussões a respeito da cultura tecnológica contemporânea: a de que “teria ocorrido um deslocamento histórico em um intervalo de tempo relativamente curto, no qual novas tecnologias de informação e comunicação teriam suplantado um amplo conjunto de formas culturais mais antigas” (CRARY, 2014, p. 44). Para o autor, a concepção da mudança tecnológica como um processo semiautônomo, impulsionado por um processo de *autopoiesis* ou de auto-organização, faz com que muitos aspectos da realidade social contemporânea sejam aceitos como circunstâncias necessárias, inalteráveis, como se fossem dados da natureza, e omite as "técnicas mais importantes inventadas nos últimos 150 anos: os diversos sistemas para a administração e controle dos seres humanos (CRARY, 2014, p. 45).

Mas se não é um estado novo de coisas, podemos considerar que existe um ordenamento que não é necessariamente fixo (o ordenamento da mobilidade, da flexibilidade): a história dos últimos 150 anos é inseparável da "revolução contínua" das formas de produção, circulação,

comunicação e construção de objetos e imagens. Crary (2014) nos dá uma pista sobre esse paradoxo quando sugere que "a forma que a inovação assume no capitalismo é a da simulação contínua do novo, enquanto as relações de poder e de controle permanecem, na prática, as mesmas" (CRARY, 2014, p. 49).

Se no século XX, boa parte da organização da sociedade de consumo esteve ligada às formas de regulação e obediência social, no contemporâneo, a administração do comportamento econômico é idêntica à formação e perpetuação de indivíduos maleáveis e submissos. Essa condição de submissão é reforçada pelo temor do fracasso social e econômico, o medo de ficar para trás ou de fora, de ser considerado antiquado ou inadequado. Os ritmos do consumo reforçados pela tecnologia são inseparáveis de uma exigência cada vez maior de autoadministração contínua do sujeito, alçado a condição de sujeito conectado. Estaríamos em meio a uma nova racionalidade do mundo?

Segundo Dardot e Laval (2016), sim. E essa racionalidade tem nome, chama-se neoliberalismo. Uma nova regulação pela concorrência, nas palavras dos autores, 'uma estratégia sem estrategista ou sem estratégia' (propriamente dita). Parte da ideia elaborada por Foucault:

(...) primeiro, há as práticas, frequentemente díspares, que instauram técnicas de poder (entre os quais, em primeiro lugar, as técnicas disciplinares) e são a multiplicação e a generalização de todas essas técnicas que impõem pouco a pouco uma direção global, sem que ninguém seja o instigador desse impulso na direção de um objetivo estratégico (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 192).

Essa nova racionalidade impõe um novo regime de evidências, determinado especialmente pelo avanço das tecnologias da informação e comunicação, aos governantes de todas as linhas (partidárias) como sendo o único quadro de inteligibilidade da conduta humana. Os Estados, conseqüentemente, tornaram-se elementos-chave dessa concorrência exacerbada, criando condições estruturais e sociais mais favoráveis ao capital (DARDOT; LAVAL, 2016).

Neste novo regime, o indivíduo é o único responsável por seu destino; em compensação, ele deve mostrar constantemente seu valor para merecer as condições de sua existência. E se estamos falando de determinação tecnológica, evidencia-se a busca pela conexão infinita como forma de pertencimento. Se na sociedade do consumo existe uma razão economicista aplicada a toda esfera da ação privada e pública, isto é, a análise de custo-benefício a todo o comportamento humano; na sociedade da informação, a tecnologia cumpre essa função por

meio dos algoritmos, o que permite eliminar as linhas de separação entre política, sociedade e economia e, ao mesmo tempo, unificá-las em torno da tecnologia.

Essa “pragmática geral” (DARDOT; LAVAL, 2016) apresenta-se indiferente às origens partidárias, trata-se de “boa governança, boas práticas e globalização”. Crary (2014) nos alerta sobre o fato de que a privatização e a compartimentalização de nossas atividades nessas esferas podem sustentar a ilusão de que podemos “ser mais espertos do que o sistema” e planejar uma relação superior com essas tarefas, mais empreendedora ou aparentemente menos comprometida (CRARY, 2014, p. 50). Será que ainda podemos acreditar na afirmação de que a tecnologia contemporânea é algo neutro ou apenas um conjunto de ferramentas que pode ser usado de diferentes maneiras, inclusive a serviço de uma política emancipatória?

O conceito ‘*smart*’ é o mais proeminente a conquistar a imaginação pública na última década e o mais fértil para tratar essa questão, pois apresenta-se atrelado à ideia de emancipação, reverberando a utopia, oriunda da modernidade, de que falamos no início.

Segundo Morozov e Bria (2019), que se debruçaram sobre a questão das *smart cities*, tudo indica que “as infraestruturas tecnológicas configuradas de modo mais alinhado com os dogmas do neoliberalismo dificultarão as experimentações de cidades com políticas e medidas econômicas não liberais” (MOROZOV; BRIA, 2019, p. 20). Isso vai de encontro com a nova racionalidade do mundo, de que trataram Dardot e Laval (2016) e com um novo ordenamento do mundo a partir da tecnologia, se considerarmos que o conceito de:

(...) *smart* se refere a qualquer tecnologia avançada a ser implementada em cidades com o objetivo de otimizar o uso de seus recursos, produzir novas riquezas, mudar o comportamento dos usuários ou prometer novos tipos de ganho no que se refere por exemplo, a flexibilidade, a segurança e sustentabilidade - ganhos que decorrem essencialmente do ciclo de retroalimentação inerente à implementação e ao uso de dispositivos inteligentes providos de conectividade, sensores e/ou telas. (MOROZOV; BRIA, 2019, p. 21).

Já conceito de *smart city* seria, nas palavras dos autores, um exemplo perfeito de *storytelling* corporativo: “despida de toda política e de vozes de contestação, essas narrativas celebram a marcha inexorável do progresso e da inovação, bastante acelerada pelo engenho e pela inventividade do setor privado” (MOROZOV; BRIA, 2019, p. 25)

Na cidade neoliberal e inteligente ganha destaque *rankings*, tabelas de competitividade e pontuações comparativas. A quantificação do desempenho de todo o tipo de valor produtivo, incluindo o valor humano, justifica-se pelo benefício de torná-las mais confiáveis, competitivas e administráveis.

Neste cenário, dois processos são evidenciados por Morozov e Bria (2019): de um lado, a delegação e a subcontratação de agentes particulares para atribuições até então reservadas a instituições públicas; de outro, a injeção de capital financeiro privado no gerenciamento, na manutenção e na construção de infraestruturas, a maior parte das quais operando em âmbito local. “Ambas possuem conexões significativas com a pauta das *smart cities*, já que dependem de uma vasta infraestrutura de coleta, de análise e de manejo de dados para que deem certo e se proliferem” (MOROZOV; BRIA, 2019, p. 43).

Vimos o quanto o cidadão é cooptado para se manter conectado, isso também pode ser aplicado às cidades: “quanto mais serviços elas subcontratam e quanto mais elas privatizam a infraestrutura, mais precisam da assistência de companhias como o Google para fazer funcionar o que quer que tenha sobrado de recursos e de bens sob controle público” (MOROZOV; BRIA, 2019, p. 67).

Os modelos políticos e econômicos sobre os quais a maior parte das cidades estão assentadas não são mais determinados de maneira local, mas sim nacional e global, dada a força e a pressão pelas quais as cidades e os cidadãos são submetidos em favor de uma economia-política globalizada e um sofisticado sistema capitalista neoliberal do tipo empresarial. Talvez tenhamos boas razões para comemorar o espírito rebelde das cidades (HARVEY, 2014), em desagravo ao ideal de cidade inteligente, mas também, como alertam Morozov e Bria (2019), precisamos ter consciência dos limites dessa rebeldia, em especial se desligada de agentes não urbanos.

Na prática, a soberania tecnológica também deveria significar a habilidade de cidades e cidadãos de organizarem seus interesses de acordo com os princípios para além do que o filósofo Roberto Mangabeira Unger chama de “ditadura da falta de alternativas” e que é lentamente imposto pelos proponentes do pensamento neoliberal pela porta dos fundos dos mecanismos de métricas e de quantificação. (MOROZOV; BRIA, 2019, p. 84).

Considerando a relevância desses mecanismos de avaliação e, consequente, organização individual e coletiva, não há como deixar de fora a natureza dessas novas relações sociais estabelecidas por uma ordem dataficação e o papel característico das instituições midiáticas na sustentação dessa ordem: segundo Couldry (2000), há a centralização da mídia na ordem social.

Mais uma vez, vislumbramos essa ideia que começa em Harvey de que “tudo mudou e nada mudou”. Para Couldry (2019), o mito do centro mediado é agora mais abertamente contestado e mais ativamente produzido que antes. Isso porque, os novos ambientes das mídias

sociais contínuas e da dataficação criaram um novo mito acerca do papel da mídia na sociedade: "o mito do nós". "Trata-se de uma descrição do mundo centrada no tempo que despendemos nas plataformas de mídias sociais" (COULDRY, 2019, p. 417). O que distancia as mídias sociais de assumirem a centralidade social da mesma força que as instituições tradicionais, segundo o autor, é que a ênfase não está mais no meio ou no conteúdo e sim em seus usuários. Por isso a ideia do nós faz tanto sentido. "Esse mito é completamente essencial para a legitimação e para a promessa comercial de muitas companhias tecnológicas, assim como o mito do centro mediado foi central - e ainda é, de alguma forma - para as instituições tradicionais de mídia" (COULDRY, 2019, p. 418). Ao analisar as linguagens que sustentam esse mito, Couldry chega aos mesmos termos de Crary e também de Morozov e Bria:

(...) as histórias gerais sobre a necessidade de conexão que esses tipos de plataformas trazem, a forma como a plataforma categoriza um tipo de atividade e um tipo de uso em detrimento de outros, com algumas 'experiências' sendo marcadas como mais especiais do que outras e um quadro geral sobre como o mundo social se encaixa nisso (COULDRY, 2019, p. 419).

Em suma, os processos de dataficação envolvem a tradução de valores de uma dada organização no mundo social em medidas analíticas; após essa medição, o processo deve ser convertido novamente em algo que faça sentido em termos de valores dessa organização. Em outras palavras, não é apenas a coleta de dados, mas "a tomada de decisões a partir desses dados, baseando-se quase que exclusivamente em processos automatizados de cálculo chamados de algoritmos" (COULDRY, 2019, p. 420). Os dados são coletados por um motivo e esse motivo pode levar a discriminação econômica e social: A era do *Big Data* tem implicações determinantes no processamento de dados para a construção social da realidade. "Podemos dizer que as plataformas de mídias sociais e as corporações que são donas delas adquiriram o poder de enquadrar o mundo social e, por meio disso, nomear o que acontece nele, além de categorizar tudo, ou seja, ordenar por meio de seus algoritmos" (COULDRY, 2019, p. 423). Neste sentido, os dados afetam a todos, não somente aos usuários comuns das plataformas sociais: as categorizações geradas por eles são disseminados pelas redes de empregadores, universidades, partidos políticos, governos e fomentam o imaginário de que os dados são reflexo de uma realidade incontestável.

O sujeito conectado vive em um "tempo sem tempo" e isso reflete sua inadequação, dada sua movimentação confusa e irregular. Por isso, a comunicação e o consumo assumem papéis importantes na administração e controle desses movimentos: os ritmos do consumo reforçados



pela tecnologia da informação e comunicação são inseparáveis de uma exigência cada vez maior de autoadministração contínua. As estatísticas tem “função” de classificar, organizar e definir procedimentos para a multidão, já no âmbito da dataficação, os algoritmos atuam junto a cada sujeito conectado, apresentando um mundo e propondo caminhos a seguir a partir das informações propiciadas pelo próprio sujeito conectado.

#### **4. Notas sobre as transformações biopolíticas: da modernidade para a pós-modernidade**

Identificamos transformações no ordenamento da vida social na passagem da cidade moderna para a pós moderna a partir das interrelações comunicação e consumo e chegamos ao imperativo dos dados enquanto elemento chave para refletir sobre as biopolíticas contemporâneas.

O conceito desenvolvido por Foucault (Cursos do Collège de France 1978-1979) pode ser entendido como “a maneira pela qual se tentou, desde o início do século XVIII, racionalizar os problemas propostos à prática governamental, pelos fenômenos próprios a um conjunto de seres vivos constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, raças ...” (FOUCAULT, 1997, p. 89). Trata-se, pois, de uma biopolítica relativa às populações, de modo que “as técnicas disciplinares de poder visam o corpo para formá-lo e parcelá-lo” (LEMKE, 2018, p.132). Na pós-modernidade, no entanto, as biotecnologias permitem uma decomposição e uma recomposição do corpo” (idem), constituindo-se “numa ‘política molecular’ que inaugura uma visão genética dos indivíduos” (idem ibidem) . Se em sua gênese, o termo biopolítica referia-se aos problemas específicos da vida e da população colocados no interior de uma tecnologia de governo; esse governo, hoje, encontra-se administrado por regras e métricas do tipo mercadológica e, portanto, inferimos uma transição do papel das estatísticas, próprias de um processo administrativo, para a consolidação dos dados enquanto princípios reguladores próprios do processo empreendedor neoliberal, baseado em métricas e performances.

Eis como emerge o biopolítico: “como vida posta a trabalhar e, portanto, como política ativada para organizar as condições e o controle da exploração social na dimensão inteira da vida” (NEGRI, 2016, p. 93). Se na biopolítica o social é subsumido pelo capital, podemos inferir que a passagem da sociedade disciplinar (do governo das estatísticas) para a sociedade de controle (do governo dos dados), produção e resistência se organizam por meio de

modos de vida. Tanto o sujeito quanto o Estado são atravessados pela pressão tecnológica que penetra as relações humanas. Mas o humano se agita, se move, se transforma.

Na modernidade da *Belle Époque* analisada por Benjamin identificamos a manifestação de um novo sensorio característico da sociedade de consumo e no *flâneur* uma forma de protesto contra o ritmo imposto pelo capital, assim como uma reorganização da base produtiva e a transformação profunda nos meios de vida, além das revoluções sociais impulsionadas pela revolução industrial que chegaram tanto na Europa quanto nos países em desenvolvimento. A cidade e a vida urbana tornaram-se objeto de estudo e reflexão. Mas foi a rua o elemento central dessa cidade moderna, palco de modos de vida e metonímia da cidade. Um espaço de consolidação do capitalismo e também de exclusões sociais. Lugar onde o *flâneur* e o transeunte se encontram e começam a andar em ritmo acelerado.

Quando a fábrica dá lugar à sociedade informatizada e esta é colocada sob controle do capital financeiro, desponta uma socialização do tipo capitalista e que opera por meio de processos (exploratórios) que tornaram-se sociais (NEGRI, 2016). Se rejeitamos a concepção de cidade rigidamente estratificada por uma ocupação de classe, em vez disso, surge um individualismo disseminado em que as marcas e a distinção social são conferidas não tanto pelas posses, mas pela performance dos dados. Neste novo regime biopolítico, o indivíduo é o único responsável por seu destino, tendo a sua própria subjetividade questionada por um conjunto de forças antes representadas por um mar de gente e agora por um oceano de dados.

Se, na modernidade, as estatísticas serviam como instrumento de administração e gerenciamento da população, em conformidade com uma produção e urbanidade acelerada e pujante; na pós-modernidade, os dados são recursos utilizados para o ordenamento da vida social face a uma desindustrialização que corre em ritmo acelerado, uma economia financeirizada que toma forma no capital improdutivo, ou seja, o lucro não advém do investimento em infraestrutura e produção e sim da especulação e das aplicações bancárias. Neste cenário, a cultura também tornou-se um ativo socioeconômico. E o social parece perder-se em meio a compreensão de conexão (humana) e a conectividade (automatizada).

Em um mundo cada vez mais moldado por cálculos ocultos automatizados e discriminação, “com certeza haverá um papel e uma necessidade ainda maior para as produções imaginativas das indústrias midiáticas, como intérpretes das mudanças que estão ocorrendo” (COULDRY, 2019, p. 429). Seria o poder da mídia um dos recursos para nos ajudar a imaginar algo diferente de uma sociedade gerida exclusivamente pela força dos dados?

Se pensarmos na mídia em um campo mais amplo, o da comunicação, talvez isso tenha mais relevância. Para Cohn (2001), a forma impressa da sociedade da informação é a da seleção, comandada pela disjunção ‘ou’ e sua orientação, portanto, é a da seleção/exclusão. Isso contrasta com a comunicação, que é fundamentalmente um processo de adição. E neste sentido, a comunicação opera no interior dos recortes estabelecidos pela informação, podendo, assim, traduzir os signos do consumo em uma sociedade neoliberal e tecnológica e conferir novos sentidos a eles. Assim, a contemplação do *flâneur*, a exclusão social presente nas ruas da São Paulo moderna, bem como o ativismo nas redes sociais na contemporaneidade sinalizam possibilidades de resistência e de outras formas de existir, que escapam em certa medida aos ordenamentos biopolíticos, sejam eles estatísticos ou datafificados.

Apesar das possibilidades de resistência, somos afetados não apenas pela mudança de lugar, de época ou pela ligação com o outro, mas também pelos aparatos técnicos de pensamento e ação: “as práticas contemporâneas de subjetivação colocam em jogo um ser que deve ser anexado a um projeto de identidade (...), no qual a vida e suas contingências adquirem significados na medida em que podem ser construídas como um produto de escolhas pessoais” (ROSE, 2011, p. 271). Assim, espaços seguros de interioridade desfazem-se e somos tomados pela descontinuidade que essas escolhas podem sugerir e, de forma simultânea, contestar as formas rígidas de enquadramento e inventar a nós mesmos de forma diferente.

## Referências

- BENJAMIN, Walter. "Paris, capital do século XIX"; "A Paris do Segundo Império em Baudelaire". In: KOTHE, Flavio R. (org). **Walter Benjamin: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1991. p. 30-43;44-92.
- \_\_\_\_\_. "Sobre Alguns Temas em Baudelaire". In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas III: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 103-149.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Editora Schwarcz, 1986.
- CARONE, Edgard. "Prefácio". In: DEAECTO, Marisa Midore. **Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)**. São Paulo: Senac, 2002, p. 9-11.
- COHN, Gabriel. "Qual é a forma da sociedade da informação?" In.: **Práticas midiáticas e espaço público**. NETO, Antonio Fausto [et al.], organizadores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- COULDRY, Nick. "Do mito do centro mediado ao mito do Big Data: Reflexões sobre o papel da mídia na ordem social". **Revista Comunicação Mídia Consumo**. São Paulo, v. 16, n. 47, p. 407-431, set/dez 2019.
- \_\_\_\_\_. **The place of media power: pilgrims and witnesses of the media age**. London: Routledge, 2000.
- CRARY, Jonathan. **24/7 Capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Cosac Naif, 2014.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEAECTO, Marisa Midore. **Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)**. São Paulo: Senac, 2002.
- DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **Resumos dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Trad. Andréa Daher. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- \_\_\_\_\_. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 7.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Segurança, território e população: curso no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- \_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: PUC; Nau, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FREHSE, Fraya. "Introdução". In: FREHSE, Fraya. **Ô da rua!: o transeunte e o advento da modernidade em São Paulo**. 2011, p. 19-31.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções (1789-1848)**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- KOSSELLECK, Reinhart. "Modernidade: sobre a semântica dos conceitos de movimento na modernidade". In: KOSSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p. 267-303.
- LEMKE, Thomas. **Biopolítica: Críticas, debates, perspectivas**. São Paulo: Politéia, 2018.
- MARTINS, Ana L. **História do Café**. São Paulo: Contexto, 2014.
- MOROZOV, Evgeny; BRIA, Francesca. **A cidade inteligente: tecnologias urbanas e democracia**. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

- NEGRI, Antonio. **Quando e como eu li Foucault**. Org. e Trad. Mario Antonio Marino. São Paulo: n-1 edições, 2016.
- RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. O conceito de biopoder hoje. **Revista Política & Trabalho**. no. 24, abril de 2006, p. 27-57.
- REVEL, Judith. “Biopolítica”. In: **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005, p. 26-28
- ROCHA, Everardo; FRID, Marina; CORBO, William. **O paraíso do consumo: Émile Zola, a magia e os grandes magazines**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.
- \_\_\_\_\_.; PEREIRA, Cláudia; AUCAR, Bruna. “Os anúncios nas revistas ilustradas: imaginário e valores brasileiros no início do século XX”. In: ROCHA, Everardo; PEREIRA, Cláudia (orgs.). **Cultura e imaginação publicitária**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Mauad, 2013. p. 41-68.
- ROSE, Nikolas. “Agenciando nossos selfs”. In: ROSE, Nikolas. **Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade**. São Paulo: Vozes, 2011, p. 234-273.
- SEIXAS, João. **A projeção de Lisboa: utopias, visões e estratégias para uma cidade em movimento perpétuo**. Revista Rossio. Estudos de Lisboa. nr. 5, jun/2015, CML - Câmara Municipal de Lisboa.
- SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SIMMEL, Georg. “As grandes cidades e a vida do espírito (1903)”. **MANA** 11(2), p. 577-591, 2005.